

A CNI propõe iniciar expurgo pelo câmbio

FÁTIMA TURCI

A necessidade de depurar a economia brasileira dos efeitos multiplicadores da correção monetária já é um consenso nacional, independente das divergências quanto à fórmula de adotar tal caminho, mas ao mesmo tempo cresce o número de críticas à tese de desindexação do INPC. Com esse ponto de vista, o vice-presidente da Confederação Nacional das Indústrias e presidente do Grupo Brasilinvest, Mário Garnero, defende a desindexação gradual da economia, começando pelo câmbio e só pensando no salário "em último lugar". O mais importante, no entanto, segundo ele, não é que a sua ou qualquer idéia seja a vitoriosa, nem que discussões estéreis se eternizem sobre o tema, mas sim "que alguma coisa seja feita".

"Esta semana surgiu uma unanimidade nacional da necessidade de desamarrar a economia", comentou. "E o governo precisa agir, seja por meio de um redutor ou pela forma que defende, mas o importante é adotar essa posição para que haja confiança nas medidas recém-tomadas." Nesse sentido, Garnero lembra que todos os setores criticaram o último "pacote" econômico do governo porque, como ele vê, terá efeito negativo no objetivo maior do País, prejudicando toda a economia com aumento das taxas de juro e, principalmente, aumento da inflação. Por isso, acha que o novo "pacote", anunciado para amanhã, deve incluir a desindexação "como uma medida complementar indispensável".

Ele, porém, volta a insistir que esse processo não pode partir do expurgo do INPC. "Hoje já sofremos sérios problemas de desemprego e queda violenta do poder aquisitivo das pessoas devido à inflação. E se penalizarmos os salários numa primeira etapa, adotamos uma solução econômica assentada sobre um estopim social de alto poder explosivo", prosseguiu Garnero, lembrando que a própria CNI se pronunciou favorável a essa posição, que tem ganho a simpatia geral.

Ficou claro também, em sua opinião, a corrente unânime pela desindexação: "Temos que caminhar para uma reformulação do conceito de valores reais na economia a médio prazo. Mas se o governo desindexar de um momento para o outro, totalmente, corremos vários riscos. Portanto, proponho que primeiro se comece pelo câmbio". O processo de desamarrar a economia brasileira de índices que, em sua opinião, se auto-alimentam, deveria começar pela quebra da vinculação de toda a economia ao dólar: "Se precisamos ter superávit na balança comercial devemos começar pelo câmbio que se encontra amarrado com a economia interna, pressionando os preços e gerando inflação". Assim, as Resoluções n°s 802 e 83, segundo ele, devem ficar livres, sem reflexos diretos internamente.

Além disso, ele lembra que hoje a ORTN determina os aumentos de preços e ao se ligar a ORTN a correção cambial provoca-se reajustes nos preços internos em função do dólar. Portanto, toda a economia é corrigida em dólar, independente do quanto cada produto tem de componente importado, com efeito realimentador da inflação.

Essa linha de "desamarrar pelo dólar", em sua opinião, é a que tem menos risco político e mais aplausos, mesmo porque a "desdolarização" não deve trazer um benefício imediato ao empresariado, pois o governo pode encontrar outros mecanismos de compensação para o risco cambial nas áreas fiscal e tributária. O importante, segundo ele, é procurar internamente, de forma progressiva, baixar a inflação. E desamarrando o dólar acredita que já se tem boas condições de manobra, podendo então partir para o aluguel, empréstimos, prestações da casa própria e salário.

Criados todos os mecanismos favoráveis à queda da inflação, Garnero acha que seria o momento de mexer no salário, mas não apenas desindexando o INPC e sim mudando toda a política salarial. Ele considera um "absurdo" fixar em produtividade numa economia recessiva, com taxa de desemprego crescente e massa salarial estável. "Hoje paga-se 7% de produtividade numa economia que caiu 3%. Além disso, houve uma apropriação de salários por um número menor de pessoas, portanto concentração de renda nas mãos dos empregados, já que houve diminuição de empregos por causa da lei salarial." Dessa forma, propõe eliminá-la, em primeiro lugar, os índices de produtividade ou ligá-los ao produto bruto dividido pela população, que seria a produtividade real do País. Com isso, acredita que já fica aliviado o caminho para uma livre negociação.